

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Recomendações para Proteção e Segurança no Ambiente Escolar

GRUPO DE TRABALHO EXECUTIVO
DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA
O ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO
ÀS VIOLÊNCIAS NAS
ESCOLAS E UNIVERSIDADES



Orientações de prevenção e reconstrução

Para serem eficazes, os programas de prevenção, intervenção e reconstrução da violência exigem das instituições de ensino esforços colaborativos em toda a comunidade, incluindo estudantes; familiares e/ou responsáveis; profissionais da educação, gestores e conselheiros; profissionais de saúde mental, proteção e assistência social; policiais da ronda escolar, pessoal de resposta a emergências, profissionais de segurança; entre outros.

Os gestores das instituições de ensino, por meio do conselho escolar, devem reunir os atores mencionados acima para desenvolver estratégias apropriadas para seus próprios ambientes educacionais e comunitários.

Enfatizamos que é necessário assegurar que o ambiente educacional seja saudável e acolhedor, promovendo a criação, a criatividade e a criticidade, e que a educomunicação deve permear os variados componentes curriculares.

Nesse sentido, orientamos o seguimento das seguintes diretrizes, contextualizadas aos territórios:

Orientações para entes federados e redes de ensino

1

Construir diretrizes, planos e/ou documentos de orientação para ação das redes de ensino, em consonância com as orientações em nível federal, e designar responsáveis para execução das ações – para aqueles entes e/ou redes que já tiverem publicado programas e orientações, alinhar com as diretrizes aqui expostas;

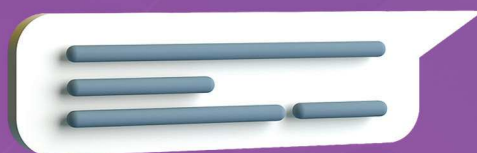
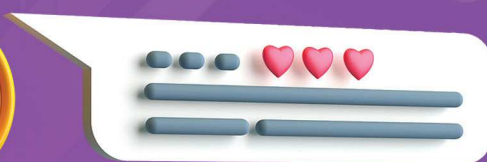


2

Possibilitar formação continuada de profissionais da educação para combater múltiplas violências e identificar sinais de aproximação de estudantes a grupos extremistas que promovem essas práticas e disseminam o ódio;

3

Estabelecer relação de diálogo contínuo com os serviços públicos de saúde mental e de assistência social que atendem a região da instituição educacional, para que a comunidade escolar seja capacitada para identificar sintomas de sofrimento emocional e/ou de cooptação por grupos extremistas que promovem e disseminam o ódio;



4

Formar a comunidade educacional sobre como lidar com desastres ou traumas.



Orientações para instituições de ensino



1

Conhecer e mapear os serviços de segurança pública locais (polícia militar, civil e guardas municipais), estabelecendo redes de diálogo e comunicação sobre o tema;

2

A partir das diretrizes, planos e/ou documentos de orientação das redes de ensino, i) debater e formular, no conjunto da comunidade escolar, guia próprio para a ação local e mobilizadora, ii) designar os respectivos responsáveis pela sua execução, assim como iii) promover campanha de informação sobre esse conjunto de políticas;

3

Criar espaços e processos inclusivos de acolhimento nas instituições de ensino;

4

Manter as boas condições de zeladoria das instituições de ensino (iluminação, limpeza etc.), encorajando um cuidado coletivo com o espaço e o ambiente;

5

Fortalecer conselhos curumins, grêmios estudantis, centros acadêmicos, diretórios estudantis, associações de familiares e/ou responsáveis, conselhos escolares e demais espaços de gestão democrática para decisão coletiva sobre diretrizes, planos e/ou documentos de orientação local sobre violência contra instituição educacional, assim como sobre ações de prevenção e de melhoria da convivência escolar;

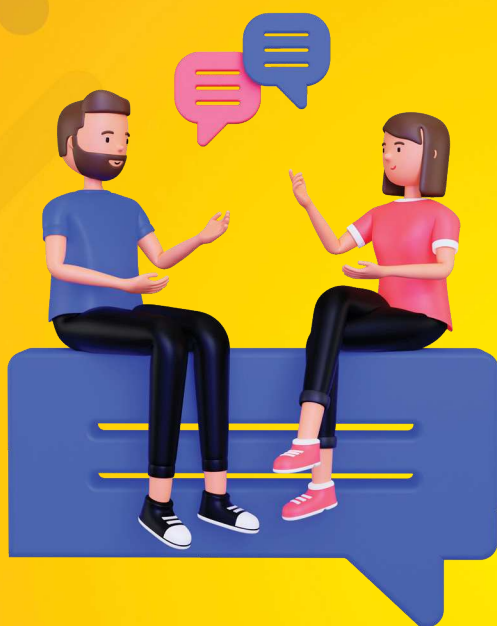


6

Promover maneiras de ajudar estudantes, familiares e/ou responsáveis a se conectarem com as instituições de ensino e os profissionais da educação;

7

Estabelecer formas de controle parental das redes sociais e dos materiais levados para a escola por parte dos estudantes;



8

Explicitar para todas as pessoas envolvidas que o objetivo é a prevenção de um incidente violento, não a punição, incentivando o diálogo contínuo;

9

Incrementar as disciplinas de humanidades e artes com abordagens voltadas para a promoção da equidade e das diversidades, com foco na educação inclusiva e emancipatória; estabelecer procedimentos, principalmente pedagógicos, discutindo violências como misoginia, racismo, capacitismo e outras formas de discriminação, de acordo com parágrafo IV, Art. 3º da Constituição Federal de 1988;

10

Promover e fortalecer a educação inclusiva, com estratégias de atendimento educacional especializado às necessidades dos diversos grupos que compõem a comunidade escolar, e escuta ativa, estruturando ações para a valorização das diferenças;



11

Estabelecer relação de cooperação com estabelecimentos adjacentes à escola que permitam o monitoramento conjunto do entorno;

12

Estabelecer relação de diálogo contínuo com os serviços públicos de saúde mental e de assistência social na comunidade que atendem a região da instituição educacional, para que a comunidade escolar seja treinada para identificar sintomas de sofrimento emocional e/ou de cooptação por grupos extremistas que promovem essas práticas e disseminam o ódio, para prevenção da violência;



13

Promover atividades gratuitas e atrativas em contraturno na instituição educacional para a comunidade educacional. Exemplos incluem atividades esportivas, culturais, artísticas e eventos sociais. É possível também buscar parcerias nas comunidades para essas atividades;



14

Estabelecer ambiente que incentive e capacite estudantes, profissionais da educação, familiares e/ou responsáveis a relatarem ameaças e atos de violência:

a. Dentro dos limites das diretrizes e estatutos legais, manter a confidencialidade;

b. Desenvolver e comunicar adequadamente os procedimentos de denúncia com a contribuição de funcionários das secretarias estaduais e municipais de educação, diretorias regionais de educação e agências locais de segurança pública. Os procedimentos padrão devem incluir definições de informações pertinentes e como e onde as informações devem ser distribuídas.

c. Estabelecer fluxo de notificações sobre questões relacionadas à segurança dentro do espaço educacional.

d. Assegurar-se de que os estudantes entendam que, ao relatar o comportamento preocupante de colegas, o objetivo é a prevenção.

e. Informar a comunidade escolar que todas as ameaças de violência devem ser comunicadas nos canais indicados, mesmo que sintam que não é uma ameaça “real”, que seja falsa ou mal-intencionada.



15



Promover intervenções para lidar com luto, trauma e resiliência, que devem ser apropriadas ao nível de desenvolvimento do grupo, devem proporcionar segurança psicológica e física e devem envolver a comunidade, promovendo o acolhimento, a solidariedade e a esperança;



16

Fornecer orientações sobre onde as vítimas podem continuar procurando suporte a longo prazo.

Canal de denúncias

Onde e como denunciar?

O Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, em parceria com SaferNet Brasil, criou um canal exclusivo para recebimento de informações sobre ameaças e ataques contra as escolas. Essa é uma das ações da Operação Escola Segura que se iniciou no dia 6 de abril.

Qualquer informação é bem-vinda. Todas as denúncias são anônimas e as informações enviadas serão mantidas sob sigilo.

www.gov.br/mj/pt-br/escolasegura



O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania decidiu ampliar a iniciativa, disponibilizando um número exclusivo de

WhatsApp (61) 99611-0100 para denúncias de ataques ou ameaças a escolas, além do **Disque 100**.

O canal pode ser acessado por meio de mensagens de texto, áudios, fotos e vídeos, e as denúncias podem ser feitas anonimamente. As informações são encaminhadas com prioridade às autoridades de segurança para uma ação imediata.

O serviço também dispõe de atendimento na Língua Brasileira de Sinais (Libras), por meio deste link:



<https://atendelibras.mdh.gov.br/acesso>



O QUE PRECISA SER RELATADO?

1) local da ameaça;

2) dados do suspeito, se possível;

3) meios utilizados para a ameaça nas redes sociais, como site, rede social, endereço eletrônico; nome do usuário; URL do perfil em caso do Twitter, Instagram, Facebook, redes sociais em geral.

Intervenção e resposta imediata

ORIENTAMOS O SEGUIMENTO DAS SEGUINTE DIRETRIZES, CONTEXTUALIZADAS AOS TERRITÓRIOS:

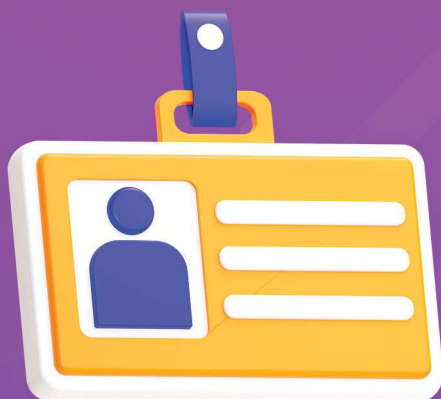
1

Ativar as diretrizes, planos e/ou documento de orientação regional e local sobre violência contra instituição educacional e ativar responsáveis pela execução das ações;



2

Ter pessoal nomeado para iniciar as chamadas de emergência antes que as linhas telefônicas fiquem sobrecarregadas.



EXPEDIENTE:

Grupo de Trabalho Interministerial de Prevenção e Enfrentamento à Violência nas Escolas:
Camilo Santana - Ministério da Educação, Flávio Dino - Ministério da Justiça e Segurança Pública, Sílvio Almeida - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Paulo Pimenta - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Nísia Trindade - Ministério da Saúde, Margareth Menezes - Ministério da Cultura, Ana Moser - Ministério do Esporte, Márcio Costa Macêdo - Secretaria-Geral da Presidência da República.

Membros do GTI Executivo no âmbito do MEC: Zara Figueiredo (Secadi/MEC) - coordenadora, Yann Evanovick (Secadi/MEC) - coordenador executivo, Daniel Cara (Faculdade de Educação da USP) - relator, Amanda Vargas (FNDE), Andressa Pellanda (coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação), Cléber Santos (Secadi), Cybele Oliveira (SEB), Fernanda Pacobahyba (FNDE), Gabriel Medina (CRP 06/80875, psicólogo e especialista em políticas públicas de juventude), Irlane Medeiros (Secadi), Laura Eli Padilha (Secadi), Miriam Abramovay (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), Rodrigo Luppi (Secadi), Sarah Vieira Carneiro (psicóloga CRP 11/03559, com experiência em situações críticas e luto), Victor Henrique Grampa (professor, especialista em educação e segurança pública, Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo).

SAIBA MAIS

GOV.BR/MEC

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

